

Eliel Machado*

MST E NEOLIBERALISMO: AVANÇOS, LIMITES E CONTRADIÇÕES DA LUTA PELA TERRA NO BRASIL**

INTRODUÇÃO

A partir de meados dos 1980 surgiram vários movimentos sociais que pareciam ocupar o “vácuo” político deixado pelos movimentos e partidos revolucionários das décadas anteriores (1960-1970). Na América Latina, este processo veio acompanhado da instauração de regimes eleitorais, ou seja, inaugurava-se uma nova etapa política na região: com o fim das ditaduras militares, uma nova “onda” reordenava as relações políticas do subcontinente com eleições diretas para escolha dos seus representantes máximos. No Brasil, fruto de intensas mobilizações populares, este processo culminou em 1989, quando o povo brasileiro foi convocado a eleger o novo presidente da república, depois de 21 anos de ditadura militar.

* Professor de Ciência Política da Universidade Estadual de Londrina (PR). Coordenador do Grupo de Estudos de Política da América Latina (GEPAL) e membro do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS/PUC-SP).

** Este artigo é uma versão modificada e adaptada de um dos capítulos de nossa tese de doutorado, intitulada “Mal-estar da democracia no Brasil e na Argentina nos anos 90: lutas sociais na contramão do neoliberalismo”. Em razão disso, as discussões e considerações teóricas desenvolvidas neste texto, referentes aos sem-terra, remetem-se aos anos 1990 e 2000. Agradeço a Renata Gonçalves (UEL/NEILS) pela leitura atenta e pelas críticas pertinentes.

Sob o contexto do fim da “guerra fria”, do fim das ditaduras militares e do estabelecimento de regimes democráticos limitados que se inserem os chamados “novos” movimentos sociais, dentre os quais, no Brasil, se destaca o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Os sem-terra atuantes neste movimento empunham a bandeira da “transformação social” e se apresentam como defensores de uma sociedade anticapitalista e socialista¹. Dada a importância política e ideológica que assumiu no cenário político brasileiro e, até mesmo, latino-americano, para o conjunto das classes populares e suas organizações, propomo-nos a discutir seu papel na difícil e complexa tentativa de contribuir na constituição dos trabalhadores em classe. Para isso, dividimos este artigo em três partes: na primeira, problematizamos teoricamente algumas questões referentes à (des)constituição do proletariado em classe; em seguida, procuramos compreender como este processo se passa no MST a partir de algumas observações sobre o caráter de sua base social; e, por fim, recuperamos sinteticamente sua história política e como este processo ocorre em alguns acampamentos e assentamentos que pesquisamos².

ALGUNS APONTAMENTOS TEÓRICOS SOBRE A (DES) CONSTITUIÇÃO DO PROLETARIADO EM CLASSE

Marx e Engels afirmam, logo no início do primeiro capítulo do *Manifesto do Partido Comunista*, que a história da humanidade até aquele momento tem sido a história da luta de classes. Mais adiante, quando discorrem sobre a constituição das classes fundamentais –a burguesia, de um lado, e o proletariado, de outro– afirmam que este último assim que nasce inicia sua luta contra a burguesia. De forma sumária, portanto, interpretamos que as classes são uma construção histórica, típica dos seus embates de classes, ou seja, constituem-se na luta de classes.

Ao procurarem constituir os trabalhadores em classe, os sem-terra deparam-se com limites próprios de sua base social: não se encontram diretamente em confronto com o capital, portanto, não constituem

1 Há inúmeros artigos, dissertações, teses e livros sobre o MST, sua história e suas lutas. Não iremos nos remeter a nenhum deles em especial, a não ser em alguns momentos que consideramos importante. Mas, ressaltamos que nos valem, principalmente, das seguintes contribuições: Harnecker (2002); Gohn (2000); Petras (1997); Fernandes (1999); Stedile e Fernandes (1999); Bogo (2003); Zibechi (1999); Mauro e Pericás (2001); Morissawa (2001); Buzetto (2002); Pagotto (2003); Pizzeta (1999); Mauro (1999); Gonçalves (2005); além de publicações de autoria do próprio MST: jornal, revista, cartilhas, panfletos, Internet, etc.

2 Trata-se da nossa pesquisa, durante o desenvolvimento da tese de doutorado, em alguns acampamentos e assentamentos no estado de São Paulo e, eventualmente, no estado do Paraná.

o núcleo duro da relação entre capital e trabalho. Dizemos que estão fora do “núcleo duro” da relação entre capital e trabalho porque sua base social é constituída, basicamente, por trabalhadores rurais semi-proletários ou semi-assalariados (Germer, 2002). Desse modo, só podem afetar a produção capitalista indiretamente, ou seja, nos planos político e jurídico-ideológico, quando questionam as formas burguesas de propriedade. Nesse sentido, se não se confrontam diretamente com o capital, pelo menos desafiam o Estado burguês ao questionarem as formas de propriedade e as políticas estatais voltadas para o capital agrário-exportador, principalmente o agronegócio. De alguma maneira desvendam o que ele procura ocultar: seu caráter de classe. Mesmo nestas condições, teimam em fazer luta de classes e em lutar por transformação social. Voltaremos ao tema mais adiante.

Não duvidamos da importância dessa discussão, pois os setores do proletariado mais diretamente ligados ao núcleo central da relação capital/trabalho atravessam uma crise política e ideológica profunda que afeta, inclusive, os que estão “fora” dessa relação. Quando olhamos para os anos 1990 e observamos, pelo menos em alguns países da América Latina, que os principais protagonistas das resistências populares à implantação das políticas neoliberais foram os setores “marginais” da relação capital/trabalho, começamos a entender o porquê recaía sobre eles toda a fúria repressiva (física e ideológica) do Estado burguês, bem como dos seus aparelhos ideológicos, principalmente os meios de comunicação de massa. Para estes “aparelhos da ordem” era uma questão de honra deslegitimar, perante a opinião pública, as reivindicações, os valores e as práticas políticas desses movimentos.

Quando nos propomos discutir a organização do proletariado em classe é preciso ter em conta que embora na década de 1990 se tenha observado a predominância de um protagonista “marginal” daquela relação tradicional, isso de forma algum supõe que o trabalho assalariado desapareceu. Ou seja:

Apesar da crise pela qual atravessa há duas décadas, o movimento operário não é uma força em extinção. Sem dúvida, perdeu a centralidade sociológica e simbólica característica da época fordista. Seu “brilho”, ligado ao imaginário heróico do proletariado industrial, desapareceu. Não é o único autor do conflito social nem a vanguarda da luta pela auto-emancipação dos dominados. Em todo caso, a questão da “hegemonia operária” não se coloca mais nesses termos. Este ator mantém não somente uma capacidade de perturbação anticapitalista como também a capacidade de reivindicação e positivação de seus próprios objetivos, como se manifesta

a relativa renovação sindical em curso ao longo do último período (Vakaloulis, 2000: 161).

A despeito do movimento operário não se ter esgotado completamente, ganharam relevância no cenário político latino-americano movimentos sociais de base mais heterogênea. Se o foco de ação do movimento operário eram (e são) as questões ligadas ao trabalho assalariado (emprego, salário, tempo de trabalho, aposentadoria etc.):

As mobilizações coletivas suscitadas pelas políticas públicas constituem um segundo eixo do conflito contemporâneo. Concernem, entre outras questões, à modernização do Estado, da escola, da saúde, da gestão dos fluxos migratórios, à produção e aplicação das disposições de segurança. Estas mobilizações se produzem principalmente porque a confrontação e o debate públicos, quando existem, não têm incidência maior sobre as políticas públicas. Em geral, o poder político se limita a tratar os problemas sociais de forma limitada, separada e parcial (Vakaloulis, 2000: 161).

Enfim, estes dois pólos de protesto popular, apesar da separação metodológica, estão estreitamente ligados.

As mobilizações trabalhistas tendem a se ligar aos grandes temas da sociedade em função de uma dupla evolução. Por um lado [...] a atividade produtiva significa para o trabalhador poder obter nesta suas motivações vitais, os valores e capacidades subjetivas que obtém de todos os âmbitos da vida onde está implicada sua existência. Por outro, a esfera do trabalho se estende para além das fronteiras da empresa no sentido estrito do termo. A irrupção societária no trabalho assalariado [...] e a impregnação fora do trabalho pelo processo de valorização do capital constituem dois aspectos complementares de uma “centralidade” do trabalho ao menos paradoxal (Vakaloulis, 2000: 162).

Ainda que muitos movimentos sociais se apresentem como anti-sistêmicos, portanto, reivindicuem a superação das dificuldades inerentes à acumulação capitalista, não se deve perder de vista as bases materiais sobre as quais sustentam suas lutas e o desenvolvimento dessas bases depende do grau de desenvolvimento do próprio capitalismo. É claro que os sujeitos protagonistas das lutas não são agentes passivos do processo e, além disso, precipitam situações políticas e ideológicas que, muitas vezes, não têm ressonância em suas próprias bases sociais. Apoiando-nos teoricamente nas discussões empreendidas por Marx,

ao analisar as causas que tornaram impossível as revoluções do século XIX pelo proletariado francês, ele sugere que na França o capitalismo ainda não estava totalmente desenvolvido e, menos ainda, o proletariado. Isto é: subtraímos dessas análises uma questão de fundo, qual seja, que o desenvolvimento do proletariado está condicionado ao desenvolvimento da burguesia industrial. Um dos termômetros para medir tal desenvolvimento é a sua capacidade de organização da classe em nível nacional. Nos termos sugeridos por Marx:

A luta contra o capital em sua forma moderna, desenvolvida, a luta contra o capital em sua fase culminante –isto é, a luta do assalariado industrial contra o burguês industrial– constitui, na França, um fato parcial que depois das jornadas de fevereiro não podia fornecer o conteúdo nacional da revolução [...] Os operários franceses não podiam dar um passo à frente, não podiam sequer tocar num fio de cabelo da ordem burguesa, enquanto a marcha da revolução não sublevasse contra esta ordem, contra o domínio do capital, a massa da nação –camponeses e pequenos burgueses– que se interpunha entre o proletariado e a burguesia; enquanto não a obrigasse a unir-se aos proletários como a vanguarda sua (Marx, s/f: 119-120).

O desenvolvimento político do proletariado está condicionado, em geral, ao desenvolvimento da burguesia industrial, “sob cujo domínio adquire ele existência nacional que lhe permite elevar sua revolução à categoria de revolução nacional, criando os meios modernos de produção, que hão de transformar-se em outros tantos meios para a sua emancipação revolucionária” (Marx, s/f: 119)³

Por sua vez, os camponeses, pequenos proprietários rurais, a despeito de viverem sob as mesmas condições miseráveis do proletariado, não têm o seu desprendimento, pois se encontram ideologicamente presos à defesa de suas (pequenas) propriedades. Em suma, como afirma Marx:

Sobre diferentes formas de propriedade, sobre as condições sociais de existência, ergue-se toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, maneiras de pensar e concepções de vida distintas e peculiarmente constituídas. A classe inteira os cria e os forma sobre a base de suas condições materiais e das relações sociais correspondentes (Marx, s/f: 224)⁴.

³ Algo que não se verificou, por exemplo, na Comuna de Paris de 1871.

⁴ Nesta mesma obra, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, o autor discute a questão da (des) constituição do campesinato francês em classe. Em linhas gerais, elenca os seguintes ele-

Em tese, portanto, o desenvolvimento do capitalismo leva o proletariado a se desenvolver política e ideologicamente (adquirir consciência revolucionária, constituir-se em classe e formar partido político), até porque estará submetido à exploração do capital e nada mais terá a perder, a não ser os seus grilhões: “De todas as classes que hoje se defrontam com a burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária” (Marx e Engels, 1988: 85). O proletariado é, potencialmente, a classe mais desprezada dos valores que fundamentam a sociedade burguesa, a propriedade privada dos meios de produção: ele tem somente a sua força de trabalho e é obrigado a vendê-la, como se fosse uma mercadoria, em troca de salário.

Vale a pena destacar que estas discussões não podem ser deslocadas das conjunturas históricas, ou como bem lembra Boito Jr.:

É no terreno das formações sociais em conjunturas específicas que se decide a formação do operariado em classe. Não há, no plano das relações de produção e das forças produtivas capitalistas, que representa o nível econômico do modo capitalista de produção, nada que torne inevitável, ao contrário do que sugere o economicismo, a formação da classe operária como classe ativa (2003: 246).

De fato, sabemos que a constituição do proletariado como classe é complexa, pois não se constitui linearmente, de maneira evolutiva. Por outro lado, também se forma no embate com outras classes. Nesse sentido:

Às vezes, a organização da classe avança mais rapidamente no plano econômico; às vezes, no plano político-ideológico. Às vezes, as lutas obtêm grandes vitórias no interior do sistema capitalista, mas não demonstram capacidade (ou mesmo vontade) de transformá-lo. Derrotas podem servir de estímulos a grandes avanços no curto prazo, como ocorreu na Rússia, em 1905. Ou um recuo desordenado que pode significar anos de desorganização, como aconteceu após o golpe de 1964, no Brasil. Ou, para ficarmos neste mesmo país, derrotas desmoralizantes podem gerar grande apatia operária e popular, sem que exista o recurso à repressão política direta, como parece estar ocorrendo na presente conjuntura. Do exposto também

mentos: condições econômicas semelhantes que se opõem a outras classes sociais; modos de vida diferentes e interesses diferentes; cultura diferente de outras classes sociais; constituir-se como uma comunidade; ligação nacional e não somente local; e organização política. Sem estes elementos, os camponeses são incapazes de fazer valer seus interesses de classe em seu próprio nome; quer através do Parlamento ou de uma convenção. Com isso, não podem se representar, têm que ser representados (Marx, s/f: 277).

se desdobra a tese acerca do caráter relacional das classes sociais. Uma classe não se constitui em um espaço vazio, mas em relação com as demais classes, frações de classes, camadas e categorias sociais. Portanto, as classes não se constituem como pura materialização de conceitos em sua abstração maior (Almeida, 2005: 281-282).

Ao analisarmos a composição social de classe dos sem-terra, observamos que o problema é complexo e bastante polêmico, o que nos obriga a desenvolver um pouco melhor esta temática, uma vez que, como dissemos antes, este movimento, assim como outros, não se confronta diretamente com o capital. Senão vejamos.

O desenvolvimento do capitalismo industrial intensificou o processo de urbanização precária e foi incapaz de suprir as “carências” urbanas do proletariado. Mais ainda:

O capital se mostrou incapaz de inserir plenamente todos na esfera produtiva, acarretou as mais diversas situações (subemprego, por exemplo), levando, inclusive, à redefinição das lutas. Este novo surto de desenvolvimento capitalista e correspondente crescimento e maior diversificação do proletariado esteve na base de uma nova arrancada das lutas sindicais e partidárias dentro de um contexto bastante peculiar: o de ditadura militar (Gonçalves, 2005: 90).

Em linhas gerais, tratava-se da formação de um novo e heterogêneo proletariado e, por isso mesmo, assistia-se uma nova configuração de classe (Sader em Gonçalves, 2005: 90).

Como se sabe, a implantação do modo de produção especificamente capitalista no campo ocorreu basicamente em duas fases distintas: a primeira delas entre 1958/59 a 1966 e a segunda em 1967/68. Esta segunda fase ocorreu sob a ditadura militar e permanece até os dias atuais. Mas, como alerta Gonçalves (2005: 71):

Em amplas áreas do estado de São Paulo, as relações sociais no campo não eram tipicamente capitalistas: não se estabelecia uma relação de contrato entre, de um lado, o ‘trabalhador livre’, ou seja, totalmente separado dos meios de produção e dotado de capacidade de produzir atos jurídicos e, de outro, o proprietário destes meios de produção, transformados em capital.

A questão, portanto, que se coloca é a seguinte: a dominância do modo de produção capitalista não significa exclusividade de relações sociais capitalistas no interior da formação social brasileira: “Pelo contrário, boa parte destas relações sociais no campo [...] era mar-

cada por fortes vínculos de dependência pessoal” (Gonçalves, 2005: 72). Em suma, o capital pode lançar mão de relações de trabalho e de produção não-capitalistas para produzir capital (Oliveira em Gonçalves, 2005: 72). Esta heterogeneidade social, entre os setores populares, não pode ser desconsiderada.

Germer (2002) considera a agricultura brasileira capitalista e em rápido processo de desenvolvimento. Assim, para ele, a sua estrutura de classes está cada vez mais polarizada entre burguesia e proletariado. Em linhas gerais, o campo brasileiro tem a seguinte composição social: *grande burguesia agrária* (10,6%), *média burguesia* (8,2%); camada intermediária: *pequena burguesia* (16,7%), *produtor simples* (9,8%); força de trabalho (54%), entre *semi-assalariados* e *proletariado* (permanentes e temporários)⁵.

Para os objetivos de nossa análise, os dados sobre a composição de classe são importantes por dois motivos básicos: em primeiro lugar, porque revelam que o desenvolvimento do capitalismo no campo está ligado a uma burguesia agroindustrial:

As lavouras dos produtores capitalistas são, em sua maioria, formadas por culturas de exportação, mais rentáveis e de rentabilidade mais estável, utilizando tecnologias desenvolvidas (como a soja/trigo, milho empresarial, cana-de-açúcar, laranja, cacau etc.) ou culturas de mercado interno de amplo consumo, como o arroz (Germer, 2002: 270).

Em segundo lugar, porque ajuda a compreender melhor que o MST “tem a sua base social predominantemente no semiproletariado agrário, isto é, entre os pequenos agricultores semi-autônomos (aqui denominados semi-assalariados), cuja área total é menos que 20 hectares e que ou não têm terra própria, ou não têm sequer equipamentos de tração animal para o seu trabalho, ou não possuem ambos. Este é o segmento em que as contradições com o desenvolvimento capitalista da agricultura são mais acentuadas, o que origina uma postura mais contundente de contestação ao sistema estabelecido [...] Apesar da heterogeneidade de situações concretas existentes no interior do segmento de pequenos agricultores semiproletarizados, eles apresentam, entretanto, uma homogeneidade maior no plano político, pelo fato de que a estrutura capitalista da agricultura os exclui e esmaga inapelavelmente” (Germer, 2002: 276).

⁵ Dados obtidos do IBGE, Censo Agropecuário de 1995/1996 (em Buzetto, 2002: 19). Alguns esclarecimentos: considera-se como *grande burguesia agrária* os proprietários rurais com área superior a 100 ha; a *média burguesia*, entre 50-100 ha; a *pequena burguesia*, entre 20-50 ha; e os *semi-assalariados* com menos de 20 ha.

O proletariado propriamente dito, ou seja, os “assalariados puros” estão fora da base do MST. Segundo Germer, esse setor não constitui, politicamente, a camada dirigente da classe trabalhadora rural, a despeito de sua significativa expressão numérica. Por sua vez, embora tendo influência sobre os sindicatos de trabalhadores rurais assalariados, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) hesita em apostar no processo de organização dessa luta, preferindo manter-se ligada aos pequenos produtores de mercadorias. Considerando-se a posição e o papel político desempenhado pelo semiproletariado, deparamo-nos com um paradoxo:

Em primeiro lugar, a sua situação concreta de classe está mais próxima do proletariado rural, entretanto, este mantém-se vinculado à organização –o DNTR⁶ da CUT–, que congrega principalmente pequenos produtores de mercadorias, com os quais as suas afinidades concretas são muito menores, enquanto o semiproletariado possui a sua própria organização –o MST. [...] Em segundo lugar, embora o proletariado rural constitua o segmento que tem, concretamente, as contradições mais agudas com a estrutura capitalista, é o semiproletariado que assume, através do MST, a posição de luta mais contundente contra o sistema, através da sua bandeira principal, que é a reforma agrária sob o controle dos trabalhadores (Germer, 2002: 281).

Essas questões sinalizam algumas dificuldades políticas enfrentadas pelo MST para organizar as suas bases, pois, do ponto de vista político-ideológico e das necessidades concretas, os “assalariados puros” e os “semiproletários” são dois setores do campo popular muito próximos. Porém, no plano concreto da luta não trilham os mesmos caminhos, a não ser em algumas ocasiões especiais como ocorreu durante a Marcha dos 100 mil sobre Brasília, em 1999. Levando-se em conta que o “proletariado puro” é numericamente superior ao “semiproletariado”, as coisas se complicam ainda mais, dado o potencial de luta que o primeiro poderia engendrar em conjunto com o “semiproletariado” e não o faz: a Contag, representante desse segmento, tem 15 milhões de filiados e a CUT totaliza 21 milhões (Comparato, 2003). Por outro lado, o MST, que representa o “semiproletariado”, tem apenas 250 mil famílias ou 500 acampamentos e 1.500 assentamentos.

Comparato faz uma segunda comparação: o número de greves (Contag) com o número de ocupações (MST e Contag). Nos anos de

6 Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais, hoje inexistente na estrutura organizacional da CUT. Em seu lugar foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (Contag).

1997 e 1998, as greves foram superiores ao número de ocupações: 462 ocupações contra 563 greves em 1997; 446 ocupações contra 580 greves em 1998. A partir daí, Comparato tira duas conclusões:

Em primeiro lugar, a visibilidade de uma organização não depende de seu tamanho. Em segundo lugar, ocupações de terras têm chamado muito mais a atenção do que greves. Esse resultado já era esperado, pois as ocupações de terra e a defesa da reforma agrária vão de encontro ao sistema de propriedade privada (2003: 136-137).

O MST tem clareza de suas limitações e se depara com elas à medida que se esforça para superá-las procurando ampliar seu leque de atuação no campo popular. Germer (2002), entretanto, chama a atenção para o paradoxo que existe com o fato de o “proletariado puro” ou o trabalhador assalariado hoje não se constituir no setor dirigente das lutas no campo, mas sim o “semiproletariado” organizado em torno do MST. Bertero, de outro lado, crítica o protagonismo dos sem-terra, considerando-o extemporâneo, pois as lutas do proletariado urbano e rural são, nas condições atuais do desenvolvimento capitalista, praticamente as mesmas: “Tudo indica que, ao se aprofundarem as transformações no campo e elevar o nível de organização e consciência dos trabalhadores, especialmente os assalariados, o acesso à terra não mais poderá permanecer figurando como bandeira unitária do sindicalismo”. Por esse ângulo, “a terra é, segundo se viu, convertida em capital. Razão pela qual a sua reivindicação é extemporânea” (Bertero, 2000: 119).

Estas críticas, ao se voltarem apenas para a análise do núcleo duro das relações de produção, perdem a dimensão política das lutas do MST, ou seja, o questionamento ao regime jurídico de propriedade. Embora os sem-terra não atinjam diretamente este núcleo, atacam a propriedade privada, especialmente nos planos político-jurídico e ideológico. Em outros termos, os avanços, potencialidades e limites de suas lutas estão umbilicalmente ligados à crise do movimento operário contemporâneo.

A luta pela reforma agrária do MST ultrapassa a distribuição de terra e tem se politizado bastante. Mesmo o proletariado puro não compondo a base social do MST, o movimento dá sinais da possibilidade de construção de uma sociedade socialista. Seus assentamentos têm se mostrado não somente “ilhas de resistência” ao neoliberalismo como também espaços reais de construção de novas relações sociais e de produção, mesmo sob a hegemonia burguesa. Trata-se, indiscutivelmente, de redutos populares de contra-hegemonia. Assim, a bandeira da reforma agrária ganha atualidade política e ideológica: em primeiro lugar, ao imprimir-lhe uma identidade de classe popular contra a burguesia

agrária; em segundo, ao apontar as contradições e limites do capitalismo; em terceiro, ao sinalizar formas de produção anticapitalistas, mesmo sob o domínio burguês; e, finalmente, ao universalizar a luta como potencialmente pertencente a todos os trabalhadores explorados e expropriados pelo capital.

É no marco contemporâneo dessas contradições e desafios que se encontram os sem-terra.

MST, NEOLIBERALISMO E LUTA ANTI-SISTÊMICA

A primeira “semente” do MST foi plantada em plena ditadura militar, quando ocorreu a ocupação da Fazenda Macali, em Ronda Alta (RS), em setembro de 1979. Essa ocupação estimulou outras que se espalharam por vários estados do país, principalmente nas regiões sul e sudeste. A despeito do caráter localizado, já havia nelas um elemento que as identificava: a forma de organização (Fernandes, 1999: 76). Apenas cinco anos mais tarde, em 1984, é que surge oficialmente o MST. Naquele período, portanto, as ocupações eram coordenadas pelas pastorais, mas esboçavam a presença de vários movimentos de sem-terra: Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste (Mastro) e Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudoeste (Mastes), ambos no Paraná; em São Paulo, surgia o Movimento dos Sem-Terra do Oeste e o Movimento dos Sem-Terra de Sumaré:

Na realidade, todas as lutas eclodiam em diversos lugares ao mesmo tempo. A divulgação das lutas pela Igreja e, em pequena parte, pela imprensa fez com que surgissem a necessidade e o interesse de se trocar experiências [...] Foi com a troca de experiências que a articulação nacional desses movimentos começou a ser construída na perspectiva de superação do isolamento e em busca da autonomia política [...] As lutas acontecem no campo, porém o processo de conquista da terra não acontece só no campo, mas sobretudo na cidade. Assim, uma articulação nacional poderia permitir a construção de uma forma de organização social que fortaleceria esse processo de conquista, construindo uma infra-estrutura para a luta (Fernandes, 1999: 76-77).

Das ocupações de terra no sul, sudeste e Mato Grosso do Sul, entre o final da década de 70 até meados dos 80, os sem-terra acumularam força política para despontarem oficialmente no cenário nacional, em janeiro de 1984, com o seu Primeiro Encontro Nacional. Esse evento contou com a participação de pelo menos cem militantes de 13 estados brasileiros. Um ano depois, em Curitiba (PR), ocorreria o Primeiro Congresso do MST, contando com a presença de 1.500 delegados repre-

sentando 23 dos 25 estados brasileiros. Harnecker (2002: 36) destaca que “en este congreso –a diferencia de la posición adoptada por varios sectores de la izquierda– se define una posición política de no pacto con la Nueva República”.

As palavras de ordem do MST sintetizam um pouco de sua história.

Em seu I Congresso (1985) a palavra de ordem era “*Sem terra não há democracia*”. Duas questões se apresentavam: de um lado, o fim da ditadura militar e a luta pela democratização do país e, de outro, o que os sem-terra compreendiam por democracia: ela não poderia se restringir às eleições, mas deveria avançar em direção à *democratização dos meios de produção e à efetiva participação popular nos processos decisórios*.

Durante a Assembléia Nacional Constituinte de 1988, o MST tomou emprestada uma palavra de ordem muito utilizada pelas Ligas Camponesas nos anos 60: “reforma agrária na lei ou na marra”. Claro, a crítica era que se acreditava na lei, mas se sabia dos seus limites. Portanto, caso não avançasse, a luta deveria obrigar o governo a realizá-la.

Em 1990, o MST realiza seu II Congresso, em Brasília, contando com a presença de 4 mil delegados. É desse período a palavra de ordem “*Ocupar, resistir, produzir*”. Essas três palavras carregam um forte significado político e ideológico: “ocupar” era uma forma de contestar aqueles que condenavam esta forma de luta; “resistir”, para sobreviver à forte repressão policial durante o governo Collor; e “produzir”, para enfrentar os latifundiários e a imprensa em geral que diziam que as terras continuavam improdutivas após a ocupação e que os trabalhadores a queriam apenas para comercializá-la.

Em seu III Congresso, em 1995, realizado com a presença de 5 mil delegados, o MST lança outra palavra de ordem: “*Reforma agrária, uma luta de todos!*”. O movimento atento aos limites e ao caráter imediato que a luta pela terra pode adquirir, procura ampliá-la aos outros setores populares (urbanos e rurais), como forma de não se isolar.

Durante os dois mandatos do presidente Cardoso (1995-2003), a criminalização e a repressão ao movimento foram uma constante. Além disso, o governo colocou em prática uma política de Estado abertamente favorável às frações agro-exportadoras. Em função do favorecimento estatal à concentração de capital nas mãos de poucos, em seu IV Congresso (1998), em Brasília, o MST levantou o lema: “*Reforma agrária, por um Brasil sem latifúndio*”. Apesar de todas as ações governamentais e dos grandes meios de comunicação, participaram desse congresso mais de 11 mil sem-terra. A capacidade de organização e mobilização do MST foi testada ano a ano, congresso a congresso, mas principalmente nas marchas, manifestações, ocupações e nos assentamentos.

O MST tem se destacado no cenário das lutas populares brasileiras pelas ocupações de terras e marchas. Além de ocupar terras consideradas improdutivas e que não cumprem a função social prevista na Constituição de 1988, os sem-terra ocupam prédios públicos –como a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, órgão do Ministério do Desenvolvimento Agrário–, agências bancárias etc. Em 1997 e 1999, o movimento realizou duas importantes marchas pelo país que lhe renderam repercussões internacionais. Em 1997, entre 17 de fevereiro e 17 de abril, os caminhantes realizaram a Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária, quando percorreram mais de 1.000 quilômetros a pé. Em 1999, entre 26 de julho e 7 de outubro, a Marcha Popular pelo Brasil, cujo lema “Terra, trabalho e democracia”, mobilizou mais de 100 mil pessoas. Foi um evento de importância política especial para os movimentos sociais em geral, por ter sido coordenado por um amplo leque de forças políticas, dentre eles o MST, CUT, Central dos Movimentos Populares (CMP), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)⁷.

A combinação de movimento popular, com luta política e sindical requer do MST flexibilidade na sua forma de organização interna. Nos acampamentos, normalmente submersos no calor da luta política mais imediata –confronto direto com a polícia, a justiça, os jagunços, etc.– os sem-terra praticamente vivem em estado permanente de assembléia. As discussões e avaliações políticas coletivas são muito importantes e visam garantir a permanência de todos no acampamento. Chegam a viver quatro anos embaixo da lona-preta e, sem dúvida alguma, é um exercício “pedagógico” fundamental para a formação política de cada um. Nesse período, crianças, adolescentes, homens, mulheres, idosos “fazem” política diuturnamente. Para Fernandes a *ocupação* é um dos principais momentos da luta pela terra:

O futuro do assentamento possui suas raízes neste processo. E este é um processo violento, em todos os sentidos, para as pessoas que dele participam. É a violência da fome, do frio, da sede, da polícia, da justiça, dos jagunços, da falta de apoio, em que colocam em risco suas próprias vidas, etcétera (Fernandes, 1999: 240).

⁷ Os anos de 1999 e 2000 foram de grandes mobilizações que envolveram outros movimentos sociais, como a Contag e o MPA: “O ano de 1999 terminou com mais de 500 acampamentos do MST, agrupando em torno de 72 mil famílias. E, de acordo com um estudo feito pelo próprio governo, só há espaço na atual política agrícola para 600 mil proprietários rurais. Os 4,2 milhões restantes ficarão marginalizados [...] Na semana de 17 a 24 de abril de 2000, que incluía as comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil, o MST ocupou mais de 150 latifúndios improdutivos no país, envolvendo perto de 20 mil famílias” (Morissawa, 2001: 163).

Não duvidamos dessa importância, mas enquanto os acampamentos têm um caráter transitório, os assentamentos são mais “permanentes”, pois são neles que os “novos” laços sociais e as “novas” relações de produção se expressarão. Neles, portanto, o quadro político é outro. E, por isso, entendemos que os desafios do MST aumentam. Por se situarem em outro patamar da luta de classes, os assentamentos não vivem em estado de assembléia permanente e nem se encontram no calor da luta política mais imediata. Neles, os sem-terra vão plantar e colher aquilo que faz parte de suas reservas políticas e ideológicas, ou seja, o que entendem que seriam as relações de produção socialistas. Ao lado desse aspecto, um outro desafio se interpõe: a capacidade política de se manter vinculado ao movimento⁸.

A estrutura de organização dos acampamentos é praticamente a mesma em todos eles: formam núcleos de famílias, setores, grupos, comissões, equipes, coordenação, assembléia geral, etcétera:

Durante esse momento, os acampados desenvolvem algumas práticas da luta popular para levar a realidade do acampamento para a cidade. Uma das formas de informar a opinião pública acerca da sua situação e pressionar o Estado é a caminhada. A caminhada é um ato público em movimento, onde centenas de trabalhadores ocupam as rodovias percorrendo centenas de quilômetros, passando por diversas cidades, conquistando apoio e divulgando a luta pela terra (Fernandes, 1999: 240).

As marchas, caminhadas, ocupações de terra e de edifícios públicos, palácio do governo, secretarias, institutos, etc., fazem parte das “invenções democráticas”⁹ dos sem-terra, pois além de serem massificadas são pedagógicas: têm forte conteúdo político-ideológico –ao desafiarem as rela-

8 Uma das formas de vínculo é a presença quase constante de assentados prestando solidariedade, apoio e contribuindo para a organização dos acampamentos.

9 Expressão que tomamos de Lefort (1983), mas com um sentido diverso. Como se sabe, Lefort está preocupado em confrontar as virtudes da democracia sobre o totalitarismo. A democracia, em seu entendimento, é portadora de direitos ou da busca pelos direitos ainda não existentes: trata-se do direito a ter direitos. Segundo Chauí, referindo-se à iniciativa dele, “a democracia é invenção porque, longe de ser a mera conservação de direitos, é a criação ininterrupta de novos direitos, a subversão contínua do estabelecido, a reinstituição permanente do social e do político. Como criação de direitos, como reconhecimento das divisões internas e das diferenças constitutivas do social e do político, a democracia abre para a história no sentido forte da palavra” (Chauí, 1983: 11). Entretanto, cabe lembrar que a democracia burguesa pode significar o inverso também: a retirada de direitos. Basta tomarmos o exemplo da Argentina na década de 1990, quando, de um lado, o Estado patrocinou políticas favoráveis à “oligarquia financeira” e, de outro, ações que visaram suprimir direitos dos trabalhadores. Estes, por sua vez, empreenderam uma luta de caráter *defensivo* e de *signal negativo*, procurando evitar a perda de direitos conquistados há décadas. Portanto, as manifestações populares naquele país não se traduzem em lutas para a conquista de novos direitos, mas para evitar perdê-los e, nesse sentido, não empreendem uma luta de *signal positivo* (Cotarello, 2000: 79).

ções de poder inerentes à sociedade de classes, incitam à transformação social. Para os termos deste artigo, portanto, estas “invenções” do MST designam formas de organização, de luta e de resistência à hegemonia burguesa. As classes populares nos embates políticos ao poder burguês engendram formas democráticas de organização, estabelecem padrões de comportamento social e político distintos das sociedades burguesas. O trabalho assume o caráter socializador e concreto, deixando de ser alienado e abstrato. Investem na formação política de seus militantes e praticam formas horizontais de decisão e de poder. Combatem os privilégios e defendem os princípios da igualdade e da solidariedade de classe. Enfim, reivindicam e praticam o internacionalismo de classe.

As relações sociais nos acampamentos tendem a mudar: homens cozinham e cuidam das crianças enquanto as mulheres fazem a segurança; todos se inserem em algum setor (segurança, educação, saúde, higiene, alimentação, almoxarifado, etc.) e, portanto, assumem alguma tarefa no acampamento; todos fazem curso de formação política; e as crianças e adultos são alfabetizadas, normalmente pelo “método Paulo Freire”¹⁰. Uma das principais lições dos acampamentos é a prática da solidariedade de classe e a distribuição coletiva do que recebem como doação. As principais refeições também são compartilhadas por todos¹¹.

Em uma de suas cartilhas, o movimento agrega os seus princípios organizativos:

1. Direção coletiva, colegiada, fugindo do presidencialismo e do personalismo;
2. divisão de tarefas entre toda a militância, ampliando os espaços e dando oportunidade a todos queiram participar;
3. profissionalismo ou formação permanente de quadros e militantes;
4. disciplina [...]
5. planejamento das atividades;
6. amor ao estudo: pesquisa, leitura, reflexão em grupo;
7. vinculação com as massas ou vínculo permanente com a nossa base;
8. crítica e autocrítica, pois não somos perfeitos (MST, 2001: 31).

10 O chamado “método Paulo Freire”, em linhas gerais, se refere à forma de alfabetização de adultos e crianças por meio de temas geradores, extraídos da própria realidade dos “educandos”. Trata-se, assim, de uma metodologia de ensino dialógica, o que exige dos “educadores” conhecerem a realidade social, política e econômica dos “educandos” e, ao mesmo tempo, que levem em conta o saber popular.

11 Não generalizamos estas observações, pois se referem à nossa visita a um acampamento do interior de São Paulo. É provável que em outras partes do país, devido às especificidades culturais, sociais, econômicas, políticas e ideológicas, algumas questões assumem mais importância que outras. Para efeito de esclarecimento, entre os anos de 2001 e 2003, visitamos o acampamento “Chico Mendes” (Jacareí-SP), o pré-assentamento Fazenda Santa Rita (São José dos Campos-SP) e dois assentamentos: Paranacity (PR) e Itapeva/Itaberá (SP), na Fazenda Pirituba. No assentamento da Fazenda Pirituba tivemos a oportunidade de realizar várias visitas em praticamente todas as suas seis áreas.

As formas de organização do movimento refletem as suas lutas, portanto, suas instâncias sempre foram flexíveis. Em alguns momentos, contou com instâncias que hoje não existem mais, bem como instâncias que existem atualmente não existiram no passado. O MST é um movimento de massas que se articula horizontal e verticalmente. Dado o seu tamanho, número de militantes e por estar presente em praticamente todo o território nacional, seu desafio é não reproduzir uma estrutura burocrática criticada por ele.

Em linhas gerais, a estrutura do MST se compõe, em ordem de importância, da seguinte maneira: Coordenação Nacional, Direção Nacional, Coordenação Estadual, Direção Estadual, Coordenações Regionais e Coordenação dos Assentamentos e Acampamentos.

O Congresso Nacional é a maior instância do movimento, sendo realizado a cada cinco anos com a participação de delegados de todos os estados onde o movimento está organizado. Os delegados são eleitos nos Encontros Estaduais levando-se em conta a quantidade de famílias assentadas e acampadas em cada estado. De um congresso a outro é fixada a cifra total de delegados ao Encontro ou ao Congresso.

O MST também realiza Encontros Nacionais a cada dois anos. Nesta oportunidade participam representantes de cada estado (os membros da Coordenação Nacional), a Comissão Nacional dos Assentados, as equipes, setores e comissões nacionais e um representante por estado das secretarias. Segundo Harnecker (2002), o número de participantes nesses encontros tem variado entre 200 e 1.500 delegados. Dadas as dificuldades para mobilizar tanta gente, o MST tem adotado a realização de encontros regionais.

A Coordenação Nacional, da qual participam aproximadamente 90 pessoas, é responsável pelo cumprimento das resoluções tomadas nos congressos e encontros nacionais. Todas as medidas políticas que afetam o MST em nível nacional estão sob sua responsabilidade. Entretanto, ela não decide tudo o que deve ser feito em cada estado: “Al contrario, cada municipio y cada estado tiene autonomía para tomar sus propias decisiones” (Harnecker, 2002: 287)¹².

A Direção Nacional do movimento é composta por, aproximadamente, 26 membros, eleitos de forma direta e secreta nos encontros nacionais. Cada delegado tem direito a votar em 26 nomes que se apresentam de forma individual, sendo eleitos aqueles que obtenham mais de 51% dos votos. Caso alguém não obtenha esse percentual não

12 Ainda segundo a autora, “no nível nacional ou estadual se discutem os grandes passos a seguir; reflete-se e se pensa se o caminho que se está seguindo é o correto. E, sobretudo, se analisa o comportamento das forças do inimigo: os grandes latifundiários e o governo. Também é o lugar onde se discutem as coisas mínimas gerais que o Movimento pode fazer em todos os Estados: cartilhas de estudo, audiências, encontros ou manifestações” (Harnecker, 2002: 288).

é eleito: “Los candidatos son presentados por al menos 25 firmas o por la dirección anterior. Por lo general, en cada estado, las diferentes instancias presentan los nombres de los compañeros que consideran más capacitados, más preparados” (Harnecker, 2002: 289).

A estrutura organizacional do movimento lembra a dos partidos de esquerda: núcleos de base, coordenações e direções estaduais e coordenação e direção nacional. A eleição numa instância superior depende dos delegados da instância imediatamente inferior. Apesar das semelhanças, a prática política do movimento, em geral, não resvala em autoritarismo. Não significa que seja uma estrutura perfeita e que, em alguns momentos, uma ou outra liderança não tenha agido com personalismo.

Com essa estrutura, o MST não corre o risco de burocratização, algo muito comum em inúmeros partidos e sindicatos de esquerda? Duas questões, pelo menos, o diferencia dessas organizações e, a nosso ver, estão relacionadas com as suas “invenções democráticas”: de um lado, a forte presença das massas em todo o processo de luta, mas sem “basismo” ou práticas populistas; de outro, o perfil das suas lideranças que não gozam de “privilégios” pelos cargos que ocupam e, além disso, estão ligadas aos seus assentamentos ou acampamentos de origem.

A prática burocrática nos partidos e sindicatos populares geralmente se reveste em direções verticalizadas e autoritárias, além de sustentar privilégios dos seus presidentes e diretores. No MST esses riscos estão reduzidos: a sua estrutura verticalizada se cruza com movimentação horizontal; a formação política é uma das questões de princípio para o movimento, portanto, desde o acampamento ela estimula o surgimento de novos líderes. Ser líder no movimento significa assumir tarefas e responsabilidades: coordenar núcleos, setores, instâncias, cooperativas, etc. O movimento, portanto, deve ser capaz de diversificar e multiplicar as tarefas a todo o momento, para que seus militantes possam ser incluídos nelas e assumam responsabilidades perante o coletivo¹³.

Na verdade, os líderes do MST compartilham de muitas características dos líderes de outros movimentos sociais latino-americanos como, por exemplo, do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Nestes movimentos, como observa Petras:

Los nuevos líderes son “reflexivos”, a pesar de estar inmersos en las actividades cotidianas. Marcos pasa noches en vela leyendo, tomando notas, escribiendo en los márgenes de libros y ensayos. Del mismo modo, los dirigentes del MST no ponen objeciones a los largos viajes en autobús de sus giras por el centro del país.

13 Há um dado importante a ser ressaltado: o movimento, por questão de segurança, nunca divulgou os nomes de todos os membros da Direção Nacional, mas, apenas, o de cinco, aqueles que mais aparecem nos meios de comunicação de massa.

Tal como me dijo João Pedro Stedile, es el mejor momento para leer, pensar y rumiar sobre temas complicados (1997: 240).

Líderes como Che Guevara, Fidel Castro, Salvador Allende e Juan Domingo Perón não correspondem em nada com as características dos líderes do MST, EZLN e outros movimentos sociais:

Os novos líderes são excelentes organizadores e dirigentes efetivos, não carismáticos, oradores arrebatadores [...] Não impõem suas idéias aos militantes valendo-se do fervor emocional. Os convencem mediante o debate. Como a maioria de nós, nem sempre estão dispostos a receber críticas e às vezes se mostram evasivos quando não têm a resposta a uma situação difícil. Não obstante, é evidente que vivem os graves problemas dos militantes como parte dos seus próprios: a vida social e a existencial não são realidades distintas (Petras, 1997: 240).

As lideranças do MST se expõem aos mesmos riscos que qualquer militante do movimento, o que lhes garante a lealdade e o apoio das bases. E, como os líderes estão vinculados às bases, vivem a vida do movimento e, em decorrência, adquirem respeito e autoridade. Atitudes assim inibem os desvios personalistas, pois são legitimadas nos acampamentos e assentamentos do movimento.

Os assentamentos do movimento representam o seu maior desafio, visto que concretizam a possibilidade de “construção antecipada do socialismo”. Sob a hegemonia burguesa neoliberal, o desafio se torna ainda maior, porque o Estado, representando os interesses comuns das classes dominantes, procura inviabilizá-los. Como a luta não é apenas econômica, mas principalmente política e ideológica, o Estado conta com o apoio dos grandes meios de comunicação para isso¹⁴.

Além das marchas, caminhadas, passeatas, ocupações etc., a força política do MST pode ser medida pelas *frações territoriais*¹⁵ *que estão sob seu controle*:

14 Segundo Comparato, “os documentos extraídos da imprensa [...] sugerem que haja uma concordância, em todos os veículos jornalísticos, no sentido de apresentar negativamente o MST” (2003: 119).

15 Os assentamentos entendidos como frações territoriais está em Fernandes: “A territorialização da luta pela terra é aqui compreendida como o processo de conquistas de frações do território pelo MST e por outros movimentos sociais. Entendemos que o assentamento como fração do território é um trunfo na luta pela terra”. A seguir complementa: “A fração do território é conquistado na espacialização da luta, como resultado do trabalho de formação e organização do movimento [...] A partir do processo de espacialização da luta pela terra, o MST se territorializou e, hoje, está organizado em 22 estados brasileiros” (1999: 241-242).

Organizar esses territórios e discutir com o povo não é nada fácil, mas também não é impossível de se fazer. Os assentamentos, de certa forma e em menor medida, são territórios nossos. Mesmo com todas as dificuldades, entramos de cabeça erguida em qualquer um deles, que nos servem, inclusive, de refúgios contra prisões preventivas, mas que não se assemelham de forma alguma com a delimitação territorial das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). De uma maneira ou de outra, porém, temos oito milhões de hectares que virtualmente estão sob nosso controle (Mauro, 1999: 94)¹⁶.

Os assentamentos do MST não são todos organizados da mesma maneira¹⁷. Como advertimos antes, dada a dimensão territorial brasileira e a complexidade que assume a luta pela terra em cada região do país nossas observações se restringem basicamente aos assentamentos da Fazenda Pirituba, situada nos municípios de Itapeva e Itaberá, na região sudoeste do estado de São Paulo¹⁸.

Na Fazenda Pirituba existem seis assentamentos com aproximadamente 350 famílias. A área total da fazenda é de 17.500 hectares. Como os processos de ocupação e assentamento ocorreram em períodos distintos e se ligam à própria formação do MST na década de 1980, há várias formas de produção e organização das famílias assentadas. Em algumas áreas estão assentados filhos e filhas dos sem-terra que

16 Outros números do MST: em 2000, havia 240 mil famílias assentadas e 80 mil famílias acampadas. Mas, tudo isso, tem um preço, muitas vezes alto na luta contra a ordem neoliberal: trabalhadores rurais presos, entre 1989 e 2001, 2.170, sendo que entre 1994 e 2001, no governo Cardoso, foram 948; trabalhadores assassinados: de 1980 a 2003 foram 1.671; entre 1994 e 2002, no governo Cardoso, 323 (Fontes: CPT, MST). Dados disponíveis no sítio do MST <www.mst.org.br/biblioteca>.

17 Com uma base social predominantemente constituída por “semi-assalariados”, os desafios do MST aumentam se imaginarmos uma cultura patriarcal, individualista e machista que muitos camponeses trazem consigo. Os riscos de não quererem trabalhar a terra de forma coletiva ou de preferirem o lote individual são constantes. Para isso, a vida coletiva nos acampamentos aliada à formação política do movimento são fundamentais para provocarem mudanças nas consciências conservadoras desses homens e mulheres. Nos acampamentos as práticas coletivas não envolvem a questão da propriedade privada, que se dará de fato no assentamento. Mas a forma de luta coletiva para a conquistar a terra tem um efeito pedagógico que pode provocar a adesão dos mais conservadores ao trabalho coletivo posterior, ou pelo menos que mantenha alguma forma de cooperação nos assentamentos.

18 Tivemos a oportunidade de conhecer também um assentamento em Paranacity, no interior do Paraná. Trata-se de um assentamento com aproximadamente 25 famílias que vivem numa agrovila, possui cozinha coletiva e produz de forma socializada. Além disso, situa-se bem próximo da área urbana.

constituíram famílias e participaram das ocupações no final dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990¹⁹.

Cada assentamento da Fazenda Pirituba tem uma organização da produção e da vida social diferente. Não apenas isso, mas determinados assentamentos que no início optaram por uma forma de produção, hoje mesclam com outras. O MST define que mais importante que as formas de cooperação é o ato de cooperar (CONCRAB, 1998: 61)²⁰. Entre elas as mais comuns: mutirão, puxirão, troca de serviço; núcleos de produção; associações; grupos semicoletivos; grupos coletivos; cooperativas de prestação de serviço de um assentamento (CPS); cooperativas de prestação de serviços regionais (CPSR); cooperativas de crédito; cooperativas de produção e prestação de serviço (CPPS); cooperativa de produção agropecuária (CPA)²¹.

O Estado burguês, através do Incra, adota um modelo de reforma agrária voltado para a propriedade familiar. O MST, por sua vez, tem como princípio básico o estímulo à cooperação e ao trabalho coletivo da terra. As disputas de concepções assumem contornos políticos e ideológicos. Segundo a CONCRAB, com tal política, “determina-se o tamanho dos lotes individuais e se planeja pequenas propriedades que apenas reproduzem a realidade da região [...] Ou seja, a lógica da Estrutura Fundiária do assentamento é contrária a uma possível coope-

19 As famílias começaram a ser assentadas em maio de 1984 nas áreas I e II (89 e 53 famílias respectivamente); em dezembro de 1986, foi a vez da área III (73 famílias); em fevereiro de 1991, foram assentadas 51 famílias na área IV; em setembro de 1992, 39 famílias na área V; e, em 1994, 150 famílias ocuparam e, em seguida, foram despejadas da área VI (tiveram que acampar às margens da rodovia). Somente a partir de 1996 é que foram assentadas, em caráter emergencial, 52 famílias (Ites em Pagotto, 2003: 118).

20 Confederação de Cooperativas Agrícolas de Reforma Agrária do Brasil, ligada ao MST.

21 No primeiro caso, o *mutirão*, trata-se da forma mais simples de cooperação e ocorre ocasionalmente entre os assentados individuais; no segundo, os *núcleos de produção*, também são assentados individuais que se unem; nas *associações* –para a aquisição de animais, transporte, benfeitorias, comercialização, etc.– os lotes são familiares ou semicoletivos, portanto, a associação apenas presta algum serviço de interesse comum; nos *grupos semicoletivos*, os lotes são familiares, mas mantêm uma ou duas linhas de produção em conjunto, voltadas para o mercado; nos *grupos coletivos*, toda a produção é coletiva, possuem estatuto e regimento interno (sem registro legal) e a comercialização é em conjunto, mas no nome de cada assentado; as *CPS* planejam e organizam as principais linhas de produção de todos os assentados, independente da forma como produziram (lote familiar, semi-coletivo ou coletivo); as *CPSR*, também conhecidas como Cooperativas Regionais, têm as mesmas atribuições das *CPS*, mas com um raio de abrangência maior; as *cooperativas de crédito* têm por finalidade facilitar o acesso ao crédito para os assentados; as *CPPS* planejam, organizam, transformam e comercializam uma ou mais linhas de produção coletiva ou individual (lote familiar); as *CPA* são coletivas, uma vez que a terra está nas mãos da cooperativa, além disso, a propriedade é social (os trabalhadores são os donos) e a produção é social (os donos trabalham e repartem as sobras entre si conforme o trabalho aportado de cada um) (CONCRAB, 1998: 61-62).

ração” (1998: 72). O papel do Estado nos assentamentos é fundamental “na implementação das políticas agrícolas tradicionais (preços, crédito, seguro agrícola, etc.), nas políticas de desenvolvimento regional e nas políticas que viabilizem novas formas de produção agrícola e agro-industrial num determinado assentamento” (1998: 73)²².

Voltando à Fazenda Pirituba, resta-nos perceber como os sem-terra reagiram à ideologia capitalista da produção individual. Antes de tudo, apesar da heterogeneidade das áreas, todas elas, à exceção da última que é um pré-assentamento, trabalham no sistema de cooperativas. Segundo Pagotto, a área I que se iniciou numa proposta totalmente coletiva, encontra-se atualmente parcialmente coletivizada:

O capital social continua coletivo; são desenvolvidas algumas atividades conjuntas, mas a produção é realizada individualmente. Do planejamento centralizado na cooperativa, passaram a descentralizar a produção nos grupos, ou melhor, a produzir de modo semicoletivo (2003: 120).

Este assentamento, a despeito das casas se situarem em lotes individuais e por ser um dos pioneiros, “liberou” alguns assentados para a militância no MST. Um deles, inclusive, é membro de sua direção nacional, atua na organização de novos assentamentos e na formação de cooperativas. Um outro é responsável pela programação da rádio Camponesa FM que alcança os municípios vizinhos.

A área II, ao contrário, que se iniciou na produção individual, está se voltando para a produção e comercialização de forma coletiva.

A área III, onde encontramos alguns filhos de assentados das áreas I e II, tem uma história peculiar.

Dois grupos de famílias se dividiram e se organizaram da seguinte forma: um deles organizou a Copaese; o outro optou pela produção individual. Posteriormente, o grupo coletivo se dividiu em três: um, com oito famílias; outro com nove; e, por último, a Copava que, atualmente, conta com 34 famílias cooperadas, num total de 63 associados (Pagotto, 2003: 121).

Os dois grupos familiares, um com oito e o outro com nove, produzem coletivamente e alguns assentados participam das marchas e outras ma-

22 Nas avaliações do MST, “o desenvolvimento da agricultura está cada vez mais dependente e integrado ao modelo de desenvolvimento da indústria e ao potencial de mercado. Esses elementos influem decisivamente no desenvolvimento da cooperação nos assentamentos. Estes não estão vinculados ao potencial de mercado da região. E a indústria como um todo está apenas voltada para o modelo empresarial monocultor de agricultura. Dificultando a existência de tecnologias, máquinas e insumos industriais adaptados a outros modelos cooperativos” (CONCRAB, 1998: 73).

nifestações do MST. Não fazem parte da Copava por divergências internas em relação às formas de organização da cooperativa. Aliás, dentre as cooperativas da Fazenda Pirituba, a Copava é uma das mais produtivas²³.

Outra característica peculiar da Copava se refere à remuneração dos associados que varia de acordo com o número de horas trabalhadas por cada um, controle realizado por um setor da cooperativa. Assim, o total da produção é obtido pela soma total das horas trabalhadas e o valor da produção multiplica-se pela quantidade de horas trabalhadas pelo agricultor: “O trabalho cooperativo garante ao associado um adiantamento mensal, além da cota de gêneros de subsistência, como o leite, feijão, arroz e carne” (Pagotto, 2003: 121).

A organização da vida social neste assentamento foi feita no sistema de agrovila e alguns membros da cooperativa estão liberados para a militância no MST, inclusive assumiram papel político importante na organização do movimento na região do ABC paulista. Por se tratar de uma agrovila, encontramos no assentamento bar, mini-mercado, igreja evangélica, capela, escola de ensino fundamental e campo de futebol. As mulheres cultivam uma horta medicinal e comercializam alguns cosméticos naturais.

A área IV funciona num sistema misto: alguns optaram pelo sistema individual de produção e outros estão cooperativados. Os assentados estão divididos em núcleos de produção (leiteria, agricultura, suinocultura, etc.) e são auxiliados pela cooperativa.

Na área V os sem-terra estão organizados em cooperativa e cultivam a terra coletivamente, mas há também lotes individuais (produção familiar). A despeito de todos inicialmente terem iniciado o assentamento de forma coletiva, alguns assentados saíram da cooperativa e passaram a cultivar os lotes individualmente. Duas observações importantes cabem aqui: de um lado, não romperam com o MST, sentem-se parte dele, colaboram, na medida do possível, com as campanhas de solidariedade do movimento. Evidentemente que, pelo fato de trabalharem individualmente em seus lotes, isso dificulta uma maior participação nas marchas, caminhadas, atos públicos, etc. De outro, mesmo estando fora da cooperativa, não se opõem veementemente à produção coletiva. Admoestam dois aspectos: primeiro, a forma como ela foi sendo organizada no decorrer dos anos; em segundo, o comportamento individual de alguns assentados que prejudica o conjunto. Tal comportamento se refere a uma certa acomodação no trabalho, já que o esforço individual está diluído no coletivo. A Copava, da área III, resolveu o problema ao controlar o número de horas trabalhadas de cada um.

23 Segundo Pagotto, com base no banco de dados da cooperativa, “na safra de 1998/1999, enquanto o estado de São Paulo produziu 20,2 sacas/ha de feijão, 59,5 sacas/ha de milho e 32,5 sacas/ha de soja, somente esta Área atingiu níveis superiores: 21,9 sacas/ha de feijão, 74,4 sacas/ha de milho e 41,3 sacas/ha de soja. Uma variação de 10 a 25% acima dos índices do Estado” (2003: 119).

Dois outros fatores chamam a atenção neste assentamento: em primeiro lugar, a liberação de militantes para ajudarem na organização e fortalecimento do MST, inclusive atribuindo-lhes papel político importante: gerir um dos “cartões de visita” do movimento, a *Loja da Reforma Agrária*, em São Paulo, capital. Em segundo lugar, alguns militantes, que vivem no assentamento, são coordenadores do *setor de frente de massas* do movimento e realizam um trabalho de recrutamento de pessoas junto às favelas nos bairros pobres dos municípios de Itapeva e Itaberá²⁴.

Enfim, a área VI, por se tratar de um pré-assentamento, as casas são provisórias, não há luz elétrica nem esgoto. Nela, todavia, esboça-se a organização do trabalho de forma semicoletiva e individual.

As “invenções democráticas” no MST ou em qualquer outro movimento social não estão imunes às contradições próprias das sociedades capitalistas. Em um mesmo espaço político ou em uma mesma *fração territorial* convivem práticas democráticas e de inspiração socialista com formas políticas vinculadas à ideologia burguesa. No MST, o “novo” e o “velho” são disputados no mesmo espaço geográfico. Segundo Zibechi (1992):

O MST combina aspectos que negam a sociedade capitalista com outros que a reproduzem. É impossível que um movimento represente a negação absoluta, a inversão total, da sociedade em que está imerso. As continuidades se colam, amiúde, nas características da estrutura organizativa [...] nos estilos mais ou menos verticais de direção, na escassa ou baixa participação dos membros, no autoritarismo interno, na cultura que emite um movimento ou partido, seus vínculos com as instituições e um longo etc. A particularidade do MST é que encarna uma ruptura muito maior com a sociedade atual que outros movimentos. Ou, dito de outra forma, que o novo tem um peso maior e mais decisivo que o velho.

Com isso, é possível afirmar que o “novo” está na democratização da formação das lideranças (formação e informação não são privilégios de poucos), na ação direta e extraparlamentar, na preservação da autonomia em relação aos partidos e sindicatos, nas discussões sobre questões candentes (participação política das mulheres, agroecologia e identidade étnica), na mística que possibilita e estimula novas subjetividades (fraternidade, solidariedade, etc.), na potencialidade de abarcar várias facetas da vida (política, social, cultural, econômica, religiosa, etc.),

24 O *setor de frente de massas* é o coletivo encarregado de comandar as mobilizações e recrutar novos militantes para o movimento.

na realização de uma reforma agrária a partir de baixo, ou melhor, criando-se uma nova sociedade dentro da velha (Zibechi, 1999: 83).

Os assentamentos da Fazenda Pirituba revelam em boa medida que o “novo” se reveste na capacidade democrática dos assentados em socializar os espaços sociais, culturais e políticos, além do econômico, como pertencentes e integradores de todos: a *semana dos sem-terrinhas*, os *jogos olímpicos* entre as diferentes áreas do assentamento, as *comemorações* de datas importantes que fazem parte de suas histórias de luta. Ressalte-se aí mais uma das “invenções democráticas” do MST: a mística.

Segundo Fernandes, “a mística é um conjunto de práticas desenvolvidas em todas as dimensões do espaço de socialização política. Ela alimenta a esperança e o sonho dos trabalhadores em movimento” (1999: 232). Fora isso, ela tem a capacidade de resgatar a memória das lutas dos oprimidos contra os opressores, portanto, assume um caráter universal. Nos momentos de confraternização ou celebração são lembrados episódios históricos, como as lutas dos negros brasileiros contra a escravidão, a importância de Farabundo Martí, Che Guevara, Simon Bolívar para a libertação latino-americana, etc.

No MST, um dos aspectos relevantes das “invenções democráticas” refere-se ao vínculo real que o movimento mantém com os assentados, tanto por meio da liberação de militantes para atuarem no movimento, como pela mobilização deles em diversas manifestações públicas. Um dos princípios fundamentais do movimento é que cada acampamento ou assentamento procure os meios financeiros de viabilizar as suas participações nas atividades de massa do MST. Quando observamos que delas participam trabalhadores sem-terra vindos dos mais diversos rincões do país, isso demonstra não só a capacidade de se autoviabilizar, mas, principalmente, que esta exigência é mais uma oportunidade de politizar os recursos financeiros, através de campanhas de arrecadação de dinheiro para o movimento. Fora isso, ela também é pedagógica: procura quebrar as possibilidades de práticas “paternalistas” internas.

BREVES CONSIDERAÇÕES

Os sem-terra parecem sinalizar que o centro da luta de classes é mais amplo que aquilo que, convencionalmente, alguns setores do marxismo apontam, em nome da “ortodoxia”, como a contradição fundamental entre a burguesia e os assalariados puros. Não duvidamos, porém, que os sem-terra se confrontam muito mais diretamente com a dominação do capital, propriamente dita, mesmo se encontrando “fora” das relações de produção capitalista. Em outros termos: questionam tal dominação através dos embates políticos com o Estado burguês. Na prática, ques-

tionam o aparente paradoxo entre o “assalariado puro” que, em tese, deveria ser o protagonista da revolução e eles, o “exército industrial de reserva”, em tese “contra-revolucionários”, que se colocam à frente dos processos de transformação social. Ora, ao adquirirem identidade coletiva e lutarem pela transformação do capitalismo, assumem, como classe, o papel que, teoricamente, caberia aos trabalhadores diretamente ligados às relações sociais de produção capitalista.

Pelo fato de não constituírem diretamente o núcleo duro da relação capital/trabalho e, mesmo assim, lutarem por uma sociedade anticapitalista, o alcance político-ideológico da luta política para a constituição da classe é limitado. Somente se for capaz de agregar a esta luta os produtores diretos, portanto, aqueles que se confrontam diretamente com o capital, é que se poderá vislumbrar algo novo no cenário político brasileiro.

Como os trabalhadores assalariados puros não estão em condições subjetivas de tomar a dianteira do processo revolucionário –entre outros motivos porque perderam força política e ideológica durante a implantação do projeto neoliberal–, os novos protagonistas, ao assumirem a tarefa da revolução, propõem novas formas para realizá-la, isto é, não estão sendo nos mesmos moldes até então conhecidos.

Esses “novos” sujeitos, potencialmente revolucionários, desafiam os ícones da democracia burguesa (liberdade, igualdade, fraternidade) e apresentam à sociedade suas “invenções democráticas”: democracia direta, decisões por assembleia, trabalho concreto e compartilhado, horizontalidade, igualdade nas relações de gênero, acesso à informação e à formação política a todos. Trata-se daquilo que arriscamos chamar de “construção antecipada do socialismo” em práticas aparentemente cotidianas, mas que sinalizam para mudanças mais profundas nas relações capitalistas. Evidentemente que, tal “construção” deve ser compreendida dentro de limites e contradições típicas das lutas que travam com o sistema capitalista como um todo e, portanto, não estão imunes às investidas políticas, ideológicas e econômicas impostas pelo Estado burguês brasileiro. A “construção antecipada do socialismo” não elimina a necessidade de ruptura revolucionária do sistema capitalista, mas, nem por isso, deixa de exercer um papel pedagógico importante para os trabalhadores²⁵.

25 Enfatizamos, mais uma vez, que tal “construção” deve ser pensada nos limites da hegemonia capitalista, portanto, tem um sentido mais pedagógico para os sujeitos envolvidos. Nesse sentido, o embate com o capitalismo é político-ideológico ao se questionar a propriedade burguesa. Diferimo-nos, portanto, dos autores da chamada “economia solidária” que, pelas condições da luta que ensejam, não propõem a ruptura revolucionária, bastando o desenvolvimento de formas cooperativas de produção dos trabalhadores.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Lúcio Flávio Rodrigues de 2005 “Lutas sociais, direitos e políticas públicas” em *Revista de Políticas Públicas* (São Luis) Vol. 9, Nº 1, janeiro/junho.
- Bertero, José Flávio 2000 “Sobre a questão agrária” em *Revista Mediações* (Londrina: Universidade Estadual de Londrina) Vol. 5, Nº 1, janeiro/junho.
- Bogo, Ademar 2003 *Arquitetos de sonhos* (São Paulo: Expressão Popular).
- Boito Jr., Armando 2003 “A (difícil) formação da classe operária” em Boito Jr., Armando y Toledo, Caio Navarro de (orgs.) *Marxismo e ciências humanas* (São Paulo: Xamã).
- Buzetto, Marcelo 2002 *O antiimperialismo na luta do MST: questão agrária e questão nacional na construção de um projeto popular para o Brasil* (São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).
- Chauí, Marilena 1983 “Apresentação” em Lefort, Claude *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária* (São Paulo: Brasiliense).
- Comparato, Bruno 2003 *A ação política do MST* (São Paulo: Expressão Popular).
- CONCRAB-Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil 1998 *Sistema cooperativista dos assentados* (São Paulo: CONCRAB).
- Cotarelo, María Celia 2000 “La protesta en la Argentina de los 90” em *Herramienta* (Buenos Aires) Nº 12, otouno.
- Fernandes, Bernardo Mançano 1999 *MST: Movimento dos trabalhadores rurais sem terra: formação e territorialização em São Paulo* (São Paulo: Hucitec).
- Germer, Claus 2002 “O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária” em Stédile, João Pedro (org.) *A questão agrária hoje* (Porto Alegre: UFRGS).
- Gohn, Maria da Glória 2000 *Mídia, terceiro setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo* (Petrópolis: Vozes).
- Gonçalves, Renata Cristina 2005 “Vamos acampar? A luta pela terra e a busca pelo assentamento de novas relações de gênero no MST do Pontal do Paranapanema”, Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, mimeo.

- Harnecker, Marta 2002 *Sin Tierra: construyendo movimiento social* (Madrid: Siglo XXI).
- Lefort, Claude 1983 *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária* (São Paulo: Brasiliense).
- Marx, Karl s/f “O 18 Brumário de Luís Bonaparte” em Marx, Karl y Engels, Friedrich *Obras escolhidas: Karl Marx-Friedrich Engels* (São Paulo: Alfa-Omega) Vol. 2.
- Marx, Karl e Engels, Friedrich 1988 *Manifesto do partido comunista* (São Paulo: Global).
- Mauro, Gilmar 1999 “MST: lutas e perspectivas” em Barsotti, Paulo e Pericás, Luiz Bernardo (orgs.) *América Latina: história, crise e movimento* (São Paulo: Xamã).
- Mauro, Gilmar e Pericás, Luiz Bernardo 2001 *Capitalismo e luta política no Brasil: na virada do milênio* (São Paulo: Xamã).
- Morissawa, Mitsue 2001 *A história da luta pela terra e o MST* (São Paulo: Expressão Popular).
- MST 2001 *Somos Sem Terra* (Veranópolis: Iterra).
- Pagotto, Claudete 2003 “Ajustes e rupturas: cooperativismo e lutas sociais no Brasil contemporâneo”, Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, mimeo.
- Petras, James 1997 *Neoliberalismo en América Latina: la izquierda devuelve el golpe* (Rosario: Homo Sapiens).
- Pizzeta, Adelar 1999 “Formação e práxis dos professores de assentamentos: a experiência do MST no Espírito Santo”, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, mimeo.
- Stedile, João Pedro e Fernandes, Bernardo Mançano 1999 *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil* (São Paulo: Fundação Perseu Abramo).
- Vakaloulis, Michel 2000 “Antagonismo social y acción colectiva” em OSAL (Buenos Aires: CLACSO) Año 1, N° 2.
- Zibechi, Raúl 1999 *La mirada horizontal: movimientos sociales y emancipación* (Montevideo: Nordam Comunidad).

